

O que se quer e o que não se quer lembrar no centenário da Revolução Russa?

Guilherme Machado Nunes¹

Resumo: As vésperas de completar seu primeiro centenário, renascem com grande força as discussões em torno do legado da Revolução Russa e seus diferentes significados. Por um lado, existe uma historiografia (sobretudo marxista) disposta a relembrar o processo revolucionário, o protagonismo de grandes quadros do Partido, das mulheres, do operariado e dos camponeses. Fora da academia, os mais diversos movimentos sociais voltam sua atenção para a Rússia a fim de compreender como foi possível que aqueles revolucionários derrubassem um regime vigente há séculos.

Por outro lado, há uma historiografia que está mais preocupada em relembrar (e talvez exagerar) os crimes de Stálin e expandi-los a todo o período soviético (inclusive anterior a ele), o que contribui para desqualificar o processo revolucionário e a experiência soviética como um todo. Ao mesmo tempo em que essas interpretações esquecem – ou são bastante complacentes – com o brutal regime czarista pré-revolução de Outubro, não raras vezes fazem comparações de Stálin com Hitler, o que em larga medida “suaviza” o holocausto, uma vez que ele seria apenas mais uma de tantas barbáries ocorridas no século XX. Segundo essa historiografia, a URSS e a Alemanha nazista seriam equivalentes.

O que se pretende neste trabalho é discutir como se dá a disputa pela memória da URSS em geral e da Revolução Russa em particular – inclusive dentro do próprio país – e como esse embate é mais um campo em que se reflete a luta de classes.

Palavras-chave: revisionismo, memória, silêncio, Revolução Russa.

What do we want and do not want to remember in the centenary of the Russian Revolution?

Abstract: On the eve of completing its first centenary, discussions with the strength of the Russian Revolution's legacy and its different meanings are reborn with great force. On the one hand, there is a historiography (mainly Marxist) prepared to reminisce the revolutionary process, the protagonism of great cadres of the Party, women, workers and peasants. Outside the academy, a variety of social movements turn their attention to Russia in order to understand how it was possible that those revolutionaries overturned a regime in force for centuries.

On the other hand, there is a historiography that is more concerned with recalling (and perhaps exaggerating) the crimes of Stalin and expanding them throughout the Soviet period (even before it), which contributes to disqualify the revolutionary process and the Soviet experience as a whole. At the same time as these interpretations forget – or are quite condescending – with the brutal Czarist regime, they often make comparisons of Stalin with Hitler, which largely "softens" the holocaust, since he would be just another one of the barbarities that occurred in the 20th century. According to this historiography, the USSR and Nazi Germany would be equivalent.

What is intended in this work is to discuss how the dispute for the memory of the USSR in general and the Russian Revolution in particular – including within the country itself – and how this conflict is another field that reflects the class struggle.

1 Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Keywords: Revisionism, memory, silence, Russian Revolution.

Datas comemorativas de grandes eventos sempre geram debates acerca de seu significado. Nesse sentido, centenários são sempre um momento de reflexão e debate sobre o assunto. Foi assim, por exemplo, com o centenário da independência brasileira, quando uma profunda discussão acerca de nossa identidade contribuiu para o surgimento de movimentos como o modernismo, na área cultural, e o tenentismo, no campo político. Ou com o bicentenário da Revolução Francesa, quando emergiram polos opostos em um debate acerca da violência revolucionária. Felipe Demier, invocando o historiador Eric Hobsbawm, relembra que o debate acerca dessa Revolução foi fortemente marcado pelo neoliberalismo da época, fazendo com que o discurso hegemônico fosse não de exaltação de uma revolução, mesmo que burguesa, mas sim o de condenação e deslegitimação de processos revolucionários em virtude de sua violência.² E agora, no centenário da revolução russa, quais discussões emergem e pautadas por quais interesses contemporâneos?

Desde o fim da União Soviética a esquerda vive uma crise gigantesca, e os projetos revolucionários minguaram a tal ponto que governos minimamente reformistas são apresentados como radicais pelo senso comum e/ou pela *intelligentsia* conservadora. Dessa forma, não chega a surpreender que haja um esforço em deslegitimar a experiência soviética como um todo, confundindo deliberadamente a revolução em si com o que veio depois, criando uma teleologia vulgar e tomando seus aspectos negativos como a síntese de tudo o que ocorreu entre 1917 e 1991.

Partindo da premissa do historiador português Fernando Rosas de que as batalhas pela interpretação do passado refletem e são atravessadas pelas lutas pela hegemonia no presente,³ o que se pretende com este trabalho é discutir os embates pela memória da URSS em geral, e da Revolução Russa em particular. Em um primeiro momento será feita uma discussão a partir dos conceitos de *revisionismo* e *memória enquadrada* a fim de expor as formas que se “engessam” e ratificam um discurso negativo globalizante acerca da União Soviética e da

2 DEMIER, Felipe A. Cem anos depois: quem são, hoje, os adversários de 1917? *Nós – Revista da nova organização socialista*. Ano 1 nº zero, 2017, p. 26.

3 ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. In: ROSAS, Fernando; VARELA, Raquel (Org.). *O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978)* APUD MELO, Demian. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: *A miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 18.

Revolução Russa, que supostamente já traria em seu bojo todos os possíveis desvios e excessos posteriores. Em seguida as noções de *silêncio* e *esquecimento* serão trazidas ao debate a fim de compreender que, além do revisionismo e da tentativa de enquadrar essa memória, há um esforço para apagar e silenciar uma série de questões relativas à revolução.

Revisionismo e enquadramento da memória

Muito já foi dito sobre o revisionismo histórico. Demian Melo condensou o debate acerca do termo na introdução de uma obra inteiramente dedicada a criticar essa prática historiográfica e as diversas formas que ela assume atualmente.⁴ O autor nos lembra que o termo originalmente remonta a Bernstein e à II Internacional, ainda no final do século XIX, tornando-se rapidamente sinônimo de traição. Em que pese o conceito ter assumido outras conotações ao longo do tempo,⁵ atualmente há certo consenso acerca do caráter negativo que o termo carrega consigo, “principalmente em razão de suas tendências apologéticas (e/ou reacionárias)”,⁶ segundo Melo.

A partir da exposição de Demian Melo, é possível identificar mais claramente dois tipos de revisionismo: o revisionismo acerca das revoluções (sobretudo francesa e russa), que despolitiza os eventos, ignora processos históricos e retira questões de classe e gênero embricadas no conflito, caricaturando e descontextualizando a violência revolucionária; e o revisionismo acerca de regimes nazifascistas, que seriam diluídos entre tantas barbaridades ocorridas no século XX e que não teriam sido tão ruins quando comparados ao comunismo (e por isso a importância de atacá-lo). Esses dois tipos de revisionismo, portanto, são indissociáveis, atuam de forma conjunta e ensaiada e com o mesmo objetivo: deslegitimar ao longo da história toda e qualquer tentativa revolucionária.

Ainda sobre o caso francês, Demian Melo mostra como o caso do revisionismo historiográfico acerca da Revolução foi impulsionado pela ascensão do neoliberalismo, quando do seu bicentenário em 1989, como dito na introdução. Na ordem do dia estavam a exaltação da democracia liberal burguesa, tida como infalível, e o esforço para liquidar a

4 MELO, Op. cit.

5 Sobre a revolução de 1917, por exemplo, Melo mostra que em meados dos anos 1960 uma historiografia ocidental que se opunha à concepção anticomunista estadunidense recebeu esse nome. MELO, Op. cit., p. 19.

6 Ibidem, p. 20.

tradição revolucionária, como apontou por Domenico Losurdo.⁷ Felipe Demier avança na mesma direção, transpondo o debate para os nossos dias e para a Revolução de Outubro de 1917, foco de análise deste trabalho:

Atualmente, o mesmo parece ocorrer com o centenário soviético, quando os adversários hodiernos da Revolução Russa vêm obtendo, claro, mais espaço para as suas diatribes dirigidas à primeira experiência vitoriosa de uma revolução realizada por trabalhadores e trabalhadoras. Embalados pela Onda Conservadora, os amantes mais ou menos declarados da reacionária ordem atual se esforçam para deslegitimar os feitos de Outubro de 1917, tratando-os, todos, como expressão de um terrorismo despropositado desencadeado por massas manipuladas por dirigentes sanguinários ávidos por edificar e preservar um poder despótico.⁸

Em um contexto em que um anacrônico e virulento anticomunismo volta à pauta, não é de espantar que se crie um espantinho da Revolução de 1917. No Brasil isso é vitaminado por grupos e projetos fascistas, como o Movimento Brasil Livre e Escola Sem Partido, mas no mundo todo vemos como a ascensão da extrema-direita contribui para a difusão de um discurso de ódio contra a mais vaga e abstrata noção de comunismo.

No âmbito acadêmico, é possível observar como o abandono do marxismo por parte de uma intelectualidade ainda influente, inclusive na esquerda,⁹ e até mesmo uma produção antimarxista, contribuem igualmente para que se despreze tudo o que a Revolução de Outubro representa. É aqui que nos concentraremos a partir de agora, mostrando como a produção acadêmica têm dado suporte para que se consagre a versão da Revolução de Outubro e da URSS como uma manifestação da barbárie.

Há uma série de trabalhos acerca da memória russa que exemplificam essa ideia. O conceito de *memória enquadrada* do sociólogo austríaco Michael Pollak nos fornece um arcabouço capaz de ajudar na compreensão de como operam esses trabalhos. Diz Pollak:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.¹⁰

7 In: MELO, Op. cit., p. 23.

8 DEMIER, Op. cit., p. 26.

9 Sobre o assunto, ver o robusto trabalho de COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História), UFF: Rio de Janeiro, 2005.

10 POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15, p. 9.

Dessa forma, uma série de trabalhos fornece uma série de subsídios enviesados a fim de afirmar uma certa ideia dominante sobre o assunto. É possível observar essa tentativa orquestrada de enquadramento da memória russa em diversos âmbitos, mas aqui escolheu-se analisar três operações bastante recorrentes: 1) a defesa de Stálin como mero continuador de Lenin, que teria assentado as bases para o terror e o *gulag*, tornando estas as experiências que sintetizam a revolução russa e a URSS como um todo; 2) um discurso de que o povo russo não tem memória e não sabe lidar com esse passado, vivendo uma espécie de amnésia nacional; 3) a esdrúxula comparação com o nazismo.

Sobre esta última, considero que muito já foi dito, especialmente por Domenico Losurdo,¹¹ cabendo apenas algumas considerações sobre como isso tem se desenvolvido no âmbito das disputas pela memória soviética. Em um de seus trabalhos recentes, o historiador italiano Bruno Groppo possui um trecho exemplar de como se opera essa falsificação:

El nazismo, con el que a menudo se ha comparado el estalinismo, también ha provocado millones de víctimas, pero sobre todo en poblaciones no alemanas, mientras que el estalinismo tuvo sus víctimas principalmente en la población rusa y soviética (y en tiempos de paz). A esto se suma el hecho de que las represiones estalinistas exigieron la participación de un gran número de personas en todos los niveles del aparato de terror.¹²

O autor ignora, portanto, a nacionalidade alemã de boa parte dos judeus exterminados, assim como toda a esquerda – socialista e comunista – que foi brutalmente aniquilada. E mais: confere originalidade às repressões estalinistas por exigirem um grande número de indivíduos “em todos os níveis do aparato de terror”, como se o genocídio em escala e organização industrial promovido pelos nazistas não tivesse se desenvolvido pela mão de *milhares* de alemães.

Esse argumento também é utilizado por Nanci Adler¹³ e por coletivos russos de vítimas do estalinismo. Ao afirmarem que a URSS matou seu próprio povo, ao contrário do que ocorreu na Alemanha nazista, se aproximam perigosamente do discurso dos próprios nazistas, que desconsideram os judeus e a esquerda como sendo verdadeiramente alemães. E

11 LOSURDO, Domenico. *Stálin – história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

12 GROPPPO, Bruno. Los problemas no resueltos de la memoria rusa. *Nueva Sociedad* Nº 253, septiembre-octubre de 2014, p. 95. O autor repete o mesmo argumento – quase literalmente – em *Tribulaciones y dilemas de la memoria rusa. Los Lugares de la Memoria*, 2014, p. 137. Aqui, o autor afirma categoricamente: “Pocos países han vivido, en el siglo XX, una historia tan traumática como la de Rusia, donde las víctimas de las represiones políticas se cuentan por millones, y en la que todas las familias han sufrido la violencia estatal.”

13 ADLER Nanci. Reconciliation with – or rehabilitation of – the Soviet past? *Memory Studies*, 2012.

vale lembrar: esse discurso também foi largamente utilizado durante as Ditaduras de Segurança Nacional na América Latina: os comunistas e demais “subversivos”, na verdade, não seriam cidadãos nacionais, o que justificaria toda e qualquer medida repressiva por parte do Estado. Muitos revisionistas, na ânsia de desqualificar a revolução russa e o comunismo como um todo, acabam muitas vezes sendo condescendentes com regimes nazifascistas.

Essa condescendência fica clara em outro artigo de Groppo, que caracteriza o regime soviético como pior do que o nazismo em virtude de sua duração:

Asimismo, hay que tener en cuenta que mientras que el nazismo duró sólo doce años (1933 a 1945), en Rusia, en cambio, varias generaciones conocieron ese sistema represivo que dejó como herencia un miedo profundamente arraigado en la conciencia colectiva (y sobre todo en el inconsciente colectivo). Las violencias masivas que causaron tantas víctimas entre los ciudadanos rusos, fueron organizadas, planificadas e implementadas por el Estado soviético, pero éste no reconoció jamás oficialmente su responsabilidad ni pidió perdón por su accionar, y ninguno de los responsables fue llevado ante los tribunales de justicia.¹⁴

Ou seja, a duração de um regime aparece como um critério válido para advogar que a URSS foi pior que o nazismo, pois este durou “apenas” doze anos. É também possível perceber que Groppo (assim como outros autores e autoras) extrapolam a repressão estalinista para todo o período soviético.

O que este raciocínio pleiteia é algo apontado anteriormente como uma das formas em que opera o revisionismo contemporâneo. Ao redimensionar o Terror dos anos 30, alargando-o para as sete décadas de URSS, Groppo visa a deslegitimar a revolução russa como um todo.

Bruno Groppo não está sozinho. Anatoly Khazanov, por exemplo, afirma que os “russos viveram mais de 70 anos em um Estado criminal”.¹⁵ Esta ideia de expansão do terror não só extrapola o estalinismo a todo o período como traz em seu âmago a defesa de Stalin como um mero sucessor das ideias e práticas de Lenin, em mais uma tentativa de enquadrar a memória do *gulag* e do terror como sendo as experiências definidoras da URSS.

Sobre essa ideia de um “totalitarismo” presente em Lenin e gestado e reificado desde os primeiros anos da revolução, Felipe Demier afirma:

14 GROPPPO, Tribulaciones y dilemas de la memoria rusa, p. 137.

15 KHAZANOV Anatoly M. “Whom to Mourn and Whom to Forget? (Re)constructing Collective Memory in Contemporary Russia”, *Totalitarian Movements and Political Religions*, Vol. 9, No. 2–3, June–September 2008, pp. 293-310, p. 299. No original: “Many Russians also became nostalgic about the times when, in a way, life was easier and simpler because the state prescribed for them what to do and what to think but, in turn, provided them with employment, a social security net and the pride of living in a superpower. Under the circumstances, it is too painful and difficult for the majority of Russians to admit that for more than 70 years they lived in a criminal state [...]”.

Segundo seus atuais detratores, a Revolução de Russa não teria sido senão a consumação de um projeto totalitário, gestado, pelo menos, desde 1903 pelos bolcheviques, ao passo que Lenin não passaria de um antecessor – e mesmo preparador político – de Stálin na sucessão de um regime despótico iniciado com a queda do Governo Provisório de Keresnky.

[...] o estalinismo seria uma simples continuidade linear do leninismo, cuja essência seria um projeto político de corte totalitário que acabou por se estabelecer em face das massas populares atrasadas, analfabetas e impotentes.¹⁶

O autor traz um questionamento que jamais é respondido pela historiografia que partilha essa premissa: se Stálin é um mero continuador de Lênin, por que “teve que eliminar fisicamente todos os aliados do primeiro, 'seu mestre'”?¹⁷

Como se não bastasse, essa perspectiva anula completamente a agência humana, tratando o povo soviético como uma massa amorfa e desprovida de vontade e capacidade de atuação – algo que será tratado mais adiante. Por ora, o que interessa aqui é compreender como essa ideia se associa ao discurso de amnésia russa. Assim como o povo seria manipulado no início do século XX pelos Bolcheviques, também o seria no começo do século XXI, desta vez pelos discursos oficiais que apagam o terror da memória oficial. Este é o segundo ponto da presente sessão.

Dina Khapaeva, historiadora russa, emprega esforços na produção desse discurso. A autora parte da premissa de que a sociedade pós-soviética é doente no que se refere à memória, que seria seletiva e incapaz de lidar com as responsabilidades nacionais diante da repressão. Como o título de seu artigo indica, o passado soviético seria uma “história sem memória”.¹⁸

Logo no início da escrita, contudo, a autora oferece algumas informações que parecem contradizer o argumento central de seu texto:

Deveríamos imaginar que os russos não estão informados sobre sua história, que eles simplesmente desconhecem o Grande Terror e os crimes cometidos durante o período soviético? De acordo com a mesma pesquisa de 2007, 92% conhece as repressões ocorridas sob Stálin, e dois terços não nutre ilusões acerca da escala do terror: 63% estima o número de vítimas entre 10 e 15 milhões. Ao mesmo tempo, 80% pensa que “Russos têm todo o direito de ter orgulho de sua história”, e 66% concorda com a declaração de que o povo russo não tem responsabilidade pelos

16 DEMIER, Op. cit., p. 26. O próprio Bruno Groppo, em disciplina ministrada recentemente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirmou com todas as letras, por exemplo, que a coletivização dos anos 1920 foi uma “guerra promovida por Lenin contra os camponeses”.

17 DEMIER, Op. cit., p. 28.

18 KHAPAEVA, Dina. History without memory. Gothic morality in post-Soviet society. *Eurozine*, 2009, p. 1 – 9, p. 1.

crimes cometidos sob o regime soviético.¹⁹

Quando 92% da população diz conhecer a repressão estalinista, parece má fé bater na tecla da falta de memória. Mais do que esquecimento ou desinformação, como reivindica Khapaeva, esses números sugerem que há uma contextualização e relativização do ocorrido por parte de russos e russas. Se o povo francês, a despeito do revisionismo, também não considera o Terror como o fenômeno que aglutina e confere o sentido norteador de seu processo revolucionário, por que o povo russo deveria fazê-lo? Mais do que uma suposta amnésia nacional, portanto, o que essa pesquisa indica é que para boa parte da população russa a repressão não é a chave de leitura que define ou sintetiza a experiência soviética.

O Terror e o *gulag*, aliás, sequer são suficientes para compreender a complexidade da figura de Stálin. Conforme Losurdo, entre 1927 e 1933,

o número de alunos das universidades e dos institutos superiores subiu de 160.000 para 470.000; o percentual de estudantes operários aumentou de um quarto para a metade. [...] o surgimento de novos e complexos industriais foi acompanhado passo a passo por uma mobilidade vertical, que mostra a ascensão, aos níveis superiores da escala social, de cidadãos hábeis e ambiciosos de origem operária e camponesa. Naqueles anos, também em consequência da repressão feroz em larga escala, dezenas de milhares de stakanovistas se tornaram diretores de fábricas e uma análoga, gigantesca mobilidade vertical se verificou nas forças armadas. Não se pode compreender nada do período estalinista se não se leva em conta a mescla de barbárie (um enorme *gulag*) e de promoção social em larga escala.²⁰

Se não levarmos essas questões em consideração, se torna uma tarefa das mais árduas compreender como é possível que 92% do povo russo conheça os *gulags* e mesmo assim tenha orgulho de sua história. E mais: é simplesmente impossível explicar porque os russos consideram Stálin a figura mais notável da história mundial.²¹ A esta altura já deve estar claro que o interesse revisionista não é compreender e muito menos complexificar, mas sim vencer uma disputa em torno da memória soviética, enquadrando e superdimensionando a repressão a

19 Ibidem. Tradução do autor. No original: "Should we imagine that Russians are not informed about their history, that they simply do not know about the Great Terror and the crimes committed during the Soviet period? According to the same 2007 opinion pool, 92 per cent know about the repressions under Stalin, and two thirds have no illusions about the scale of the terror: 63 per cent estimate the number of victims between ten and fifty million. At the same time, 80 per cent think that "Russians have every right to be proud of their history," and 66 per cent agree with the statement that the Russian people bear no responsibility for the crimes committed under the Soviet regime."

20 LOSURDO, Domenico. *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2009, p. 46.

21 Cf. *Folha de São Paulo*, 26 de junho de 2017. Acesso em 28 jun 2017. É evidente que para explicar esse fenômeno é preciso mais tempo e reflexão, mas de qualquer forma, somente compreendendo essa figura em sua totalidade podemos começar a pensar na admiração que parte do povo russo ainda nutre por Stálin.

fim de desqualificar todo e qualquer processo revolucionário.

Bruno Groppo também reforça essa ideia. Segundo o autor italiano, “la mayoría de los rusos ha optado, hasta ahora, por la amnesia y lo reprimido, relegando los episodios oscuros del pasado a los márgenes de la conciencia nacional”.²² Além de Khapaeva e Groppo, autores como Nanci Adler e Anataoly Khazanov utilizam indiscriminadamente termos como “amnésia nacional”, “memória seletiva” e “amnésia seletiva”.

Esses autores recriam uma URSS absolutamente autoritária (ou totalitária, como preferem) e em que não havia espaço para o debate. Assim, as discussões sobre a memória teriam ficado represadas por 70 anos e vindo à tona, todas ao mesmo tempo, a partir da Era Gorbachev. Só esquecem de explicar um detalhe: como foi possível que um homem de ideias liberalizantes (e até liberais) como Gorbachev tenha sido formado nesse país? Como ele entrou em contato e desenvolvesse esse tipo de pensamento?

Nesse sentido, a historiadora russa Olga Novikova tenta abordar os diferentes aspectos em conflito na sociedade russa ao partir da premissa de que as batalhas de memória são “sobretudo um enfrentamento ideológico” que ocorrem constantemente. Assim, a autora questiona o fim da URSS como marco inaugural das disputas em torno da memória e a emergência de novas narrativas. Se é verdade que Gorbachev revolucionou a memória ao estabelecer o fim do monopólio na narrativa por parte do Partido Comunista da União Soviética, a autora nos mostra que o idealizador da glasnost e da perestroika não foi “raio em céu azul”, mas fazia parte de toda uma geração que se forjou e formou no contexto da desestalinização. Esse coletivo de jovens ficou conhecido como sessentistas.²³

Esse grupo, que contava com Gorbachev, passou a entrar em contato com as ideias “derrotadas” em 1917, indo desde a esquerda não marxista e mencheviques até as ideias do General Kornilov. Heterogêneo, esse grupo rapidamente se dividiu entre “nacionalistas” e “liberais”,²⁴ e cada um passou a elaborar sua própria versão do passado a partir de relatos

22 GROPPPO, *Tribulaciones y dilemas de la memoria rusa*, p. 135.

23 NOVIKOVA Olga. La política de la memoria: moldear el pasado para construir la sociedad democrática (la URSS y el espacio postsoviético). *Historia del presente*, Madrid, n. 9, 2007, pp. 71-100.

24 A fim de compreender o real significado desses termos na sociedade soviética, a autora fornece um quadro explicativo bastante didático. Sobre os nacionalistas, ao contrário do nacionalismo ocidental, a autora afirma: “En la URSS, [...] la construcción de la nación soviética se basó en otro principio: según la teoría marxista-leninista, influenciada por la dialéctica de Hegel, las etnias soviéticas debían primero alcanzar su máximo desarrollo para fundirse luego en una sola nación durante el comunismo. La pervivencia de la identificación étnica preservó, y en ocasiones aumentó, los odios interétnicos, incluido el antisemitismo. Precisamente este último, según Nikolái Mitrojin, reputado historiador del nacionalismo ruso, resultó ser el vínculo común entre los nacionalistas monárquicos y los nacionalistas estalinistas, ya que todos ellos

orais. Ao longo dos anos 1960 e 1970, portanto, havia espaço para uma disputa interna de memórias, que embora não emergissem como oficiais, estavam sendo gestadas, não surgiram a partir do nada quando essa geração ascendeu ao poder.

Novikova que está longe de uma perspectiva marxista, oferece uma explicação menos linear e com mais nuances, demonstrando os diferentes níveis de repressão ao longo do regime e as brechas e possibilidades encontradas pelos atores históricos. A autora está interessada em compreender e expor de que forma essa geração sessentista foi alargando as possibilidades de atuação e debate político na União Soviética, o que questiona o poder absoluto do Estado e confere agência aos sujeitos estudados. Segundo ela:

Afirmar que el espacio de la libertad en la URSS se iba extendiendo desde el año 1953 es una banalidad necesaria. Lo que era totalmente aceptable en 1962 habría sido impensable en 1953. Lo que parecía normal en 1973, unos diez años antes se habría percibido como una osadía, cuando no una acción perseguida judicialmente. La *intelligentsia* soviética conquistaba el espacio de libertad, promovía la liberalización, sufriendo bajas, pero contribuyendo a la modernización del espacio cultural y social.²⁵

Esse trecho nos ajuda a compreender as nuances internas da experiência da URSS e a ascensão de Gorbachev. Se os 70 anos de União Soviética fossem extremamente rígidos, sendo o estalinismo a forma de organização e controle social por excelência, figuras como Gorbachev jamais poderiam ter crescido internamente no PCUS, assumido o cargo máximo do executivo e posto em práticas suas ideias.

Essa geração vai vivenciar uma onda de fascínio com o passado – sobretudo o pré-revolucionário. A crise econômica e a crise do marxismo, ocorridas durante a segunda metade do governo Brejnev, causaram um certo desencanto com o futuro e com o que a autora chamou de “futurismo”.²⁶ Ou seja, as discussões sobre passado e memória eram latentes na

compartían la idea de la necesidad de concentrar todo el poder del estado en las manos de la etnia «dueña del Estado», excluyendo a los demás competidores. Los nacionalistas también creían en el destino único de su país y en la imposibilidad de aplicar en él las formas políticas y culturales de otros países, en primer lugar los occidentales.” Por isso, os nacionalistas também eram chamados de “russistas”. Enquanto isso, “El grupo de los liberales incluía un amplio abanico de opciones ideológicas: desde los marxistas, que deseaban construir el socialismo democrático, hasta los defensores del liberalismo a ultranza. El vínculo común que unía este grupo tan dispar era el deseo de introducir reformas democráticas y de derribar el telón de acero. Según su más profunda convicción, Rusia pertenecía a la familia de los pueblos europeos. Los liberales percibían como una tragedia el aislamiento del país que se había instalado después de la Revolución Rusa, y desarrollaron una forma peculiar de nostalgia de Europa, a pesar de que su imagen de Europa Occidental era puramente imaginaria, o tal vez gracias a ello. La actitud de ambos grupos con respecto al poder soviético era, como veremos más adelante, compleja.” NOVIKOVA, Op. cit., p. 74.

25 Ibidem, p. 77.

26 Ibidem, p. 79.

sociedade soviética desde antes da queda da URSS, especialmente durante o período do “estancamento” (1964-1984), quando a população pôs em cheque a história oficial.

Até aqui, compreendemos algumas das formas como o revisionismo opera atualmente. Há uma tentativa deliberada de enquadramento da memória soviética, e foram apresentadas três ideias que são *repetidas* e disseminadas: a de Stálin como continuador de Lênin e amálgama de todo o processo revolucionário, a comparação com o nazismo (e não raro uma condescendência com o nazismo a fim de “provar” que o comunismo foi/é pior) e a alegação de uma amnésia por parte do povo russo. Para que isso se afirme e adquira o caráter de memória coletiva ou nacional, é preciso que *outras* memórias sejam silenciadas e esquecidas. É isso que veremos a seguir.

Silêncio e esquecimento: as conquistas da Revolução

Para se enquadrar uma memória, é preciso que outras fiquem de fora desse quadro. Existem diversas situações na história em que isso é facilmente observável. Losurdo, por exemplo, nos lembra que Franklin Roosevelt é lembrado sempre pelo New Deal, mas nunca pelos quatro mandatos consecutivos em que se consolidaram políticas racistas no sul dos Estados Unidos – contra as quais, é importante lembrar, lutaram os comunistas estadunidenses.²⁷ A relação do comunismo com a questão étnico-racial, aliás, é um grande exemplo de silenciamento, mas infelizmente escapa ao mote do presente trabalho.²⁸

Se por um lado esse grupo de autores revisionistas atua a fim de disseminar uma versão enviesada acerca da Revolução Russa, há outras facetas desse processo que são deliberadamente relegados ao esquecimento, como por exemplo a série de direitos sociais conquistados nos primeiros anos da Revolução, sobretudo em relação às mulheres. Em uma época de extrema pujança da luta das mulheres como a nossa, é significativo que as lutas e conquistas decorrentes da Revolução de Outubro sejam deliberadamente silenciadas. É fundamentalmente sobre isso que se falará agora, assim como os efeitos e significados que essas conquistas produziram no Ocidente como um todo.

A classe trabalhadora aparece pouquíssimas vezes nesses trabalhos revisionistas. A

27 LOSURDO, *Fuga da história?*, p. 48.

28 Sobre essa relação, ver LIMA, A. S. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. Tese (Doutorado em História), USP: São Paulo, 2015.

impressão que se tem é que meia dúzia de revolucionários sanguinários conseguiu tomar o poder de assalto em um país de proporções continentais, primeiro contra uma dinastia de 300 anos (em fevereiro) e depois contra um regime liberal que teria sido capaz de implantar uma democracia burguesa na Rússia se tivesse mais tempo.²⁹ Em momento algum a Revolução de Outubro é apresentada como a primeira revolução vitoriosa na história da humanidade protagonizada por operários e camponeses.

E em momento algum se confere protagonismo às mulheres, suas lutas e conquistas. Alexandra Kollontai,³⁰ por exemplo, já em 1919 escrevia um texto de balanço acerca da participação e organização política das trabalhadoras russas, que remonta a meados do século XIX. Segundo a autora, ao longo dos anos 1870, uma série de levantes fabris protagonizado por mulheres sacudiu a Rússia czarista, motivo pelo qual não se pode compreender o movimento de mulheres trabalhadoras “sem o movimento geral de trabalhadores, e um não pode ser desvinculado do outro.”³¹ Esses movimentos conquistaram, já em 1885, o fim do trabalho noturno para mulheres e adolescentes.³²

É cabível mencionar que a entrada em peso das mulheres no mercado de trabalho se deu ao longo dos anos da Primeira Guerra Mundial (ao menos nos países que participaram do conflito), mas no caso russo o contingente feminino data de muito antes. Dessa forma, é possível encontrar uma série de reivindicações específicas às condições de vida das mulheres trabalhadoras desde o início do século. Conforme mostra Danielle Jardim da Silva, a partir das agitações de 1905 “as mulheres russas entram na luta de massas e as greves passam a ter reivindicações como 'licença-maternidade' paga, berçários nas fábricas e direito de amamentar os filhos, etc.”³³ Nesse ano, inclusive, foi fundado um ainda obscuro Partido

29 Felipe Demier aponta que, além da dimensão idealista desse ponto de vista, que confere à democracia liberal a condição de mais perfeita forma de organização social, há um gritante anacronismo embutido nesse ponto de vista: “Não só a democracia representativa – com todos os seus inexpugnáveis ingredientes repressivos contra o movimento operário, não custa lembrar – só existia, quando da Revolução de Outubro, em algumas poucas nações originárias do capitalismo industrial [...], como o desenvolvimento desigual e combinado da industrialização na atrasada formação histórico-social russa não permitia que um regime democrático-liberal aparecesse como uma opção exequível no cardápio político do país.” DEMIER, Op. cit., p. 26-27.

30 Além de seus escritos feministas e socialistas, pelos quais é bastante conhecida hoje em dia, vale lembrar que Kollontai foi a primeira mulher a ocupar um cargo no governo revolucionário, já em 1917 (Comissária do Povo para a Assistência Pública), e em 1923 foi a segunda mulher da história a se tornar embaixadora. Cf SCHNEIDER, Graziela (Org.). *Emancipação feminina na Rússia Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 149.

31 KOLLONTAI, Alexandra. Da história do movimento das trabalhadoras na Rússia, 1919. In: SCHNEIDER, Op. cit., p. 191.

32 Ibidem.

33 SILVA, Danielle Jardim da. Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo. *História & Luta de Classes*, ano 13, nº 23, 2017, p. 60.

Progressista da Mulher, pela médica e escritora Maria Pokróvskaia.³⁴

A partir daí serão fundadas uma miríade de associações de mulheres trabalhadoras a fim de discutir e lutar pela emancipação da mulher na Rússia, sendo Alexandra Kollontai a fundadora e/ou dirigente de várias delas. Em 1907 ela funda a Sociedade de Ajuda Mútua das Trabalhadoras de São Petersburgo, e em 1908 ocorreu o I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia (organizado pelo feminismo burguês, especialmente Pokróvskaia). Ao longo dos anos 1910, a Rússia viu florescer sua União de Mulheres, a Liga da Igualdade de Direitos das Mulheres e alguns encontros como o Congresso sobre a Educação de Mulheres.³⁵

O papel das mulheres em fevereiro talvez seja mais conhecido e de difícil obscurecimento – embora não faltem tentativas. A greve liderada pelas mulheres no dia 8 de março, segundo o calendário ocidental, deu início ao processo revolucionário que depôs o czarismo na Rússia e consagrou a data como Dia Internacional das Mulheres. A participação feminina na sociedade que tomou forma após a Revolução de Outubro, no entanto, é constantemente silenciada.

Segundo Danielle Jardim, no imediato pós-Revolução de Outubro, “as mulheres russas tiveram mais direitos que em qualquer lugar do mundo”. Segue a autora:

Em 1917, a mulher torna-se eleitora e elegível, é legalizado o divórcio e o casamento civil, o casamento religioso é extinto e as camponesas passam a ter direito sobre a terra. O Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela (1918), abole o poder marital, impedindo o marido de impor o nome, domicílio ou nacionalidade à esposa, institui a pensão alimentícia, acaba com a diferença de filhos legítimos e ilegítimos, protege o trabalho feminino e cria a licença-maternidade. O aborto é legalizado em 1920 e em 1926, os casamentos e “uniões de fato” são igualados. Além disso, a partir da Revolução, são organizadas creches, pré-escolas, refeitórios, orfanatos, hospitais e outros serviços destinados à redução do trabalho doméstico e iniciativas de inserção das mulheres na força produtivas assalariadas.³⁶

Tudo isso só foi possível graças a atuação das mulheres organizadas, que ocuparam postos importantíssimos no Estado Russo e posteriormente Soviético. Em balanço realizado no décimo aniversário da Revolução de Outubro, Nadiéjda Krúpskaia relembra que ainda no

34 Cf. SCHNEIDER, Op. cit., p. 51.

35 Ibidem, p. 141.

36 SILVA, Op. cit., p. 62. Ver também GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014, obra da qual a autora retira boa parte dessas informações. Sobre o divórcio, Goldman alerta que estamos diante de uma questão de gênero e classe: quanto as mulheres de classe média “desdenhavam o casamento em sua busca por independência, a massa de mulheres trabalhadoras soviéticas na década de 1920 tinha atitudes, oportunidades e perspectivas muito diferentes. [...] Para elas, o casamento frequentemente representava uma forma de segurança e sobrevivência.” (p. 142). No campo, a situação era ainda mais dramática: a mulher só poderia demandar uma parte da terra após seis anos de casamento. (p. 217).

final de 1917 foi criada a Divisão de Mulheres Trabalhadoras, responsável por organizar o I Congresso Nacional de Mulheres Trabalhadoras em 1918.³⁷

Antes disso, Kollontai atuou do Comissariado no Povo para a Assistência Pública logo quando os Bolcheviques tomaram o poder. Em 1918 ela criou uma comissão feminina de agitação e propaganda que em 1919 se torna o *Zhenotdel*, o Departamento de Mulheres do Comitê Central. De acordo com Danielle Jardim da Silva,

As atividades do *Zhenotdel* envolviam tarefas como alfabetização, formação política, mobilização para trabalhar nas creches, orfanatos e na assistência ao exército, além da eleição de delegadas para trabalhar como aprendizes em diversos ramos do governo. O departamento também era a direção do secretariado de mulheres da IC [Internacional Comunista], possuía um jornal próprio e relativizava conferências regionais e nacionais.³⁸

Porém, a obra de Wendy Goldman retrata como estes avanços estavam em constante ameaça. Logo a partir da NEP, em 1921, quando o campesinato pôde comercializar seu excedente, se verificou um impacto negativo sobre as mulheres e crianças russas:

Entre os efeitos negativos da NEP estava a redução de serviços disponíveis para as mulheres e crianças necessitadas. Com o deslocamento para a contabilidade de custos, diversas empresas fecharam e, o desemprego, especialmente entre as mulheres, aumentou rapidamente. À medida que o governo reduzia o gasto estatal, diminuía o apoio para instituições infantis [...]. Além do mais, muitos comitês executivos locais preferiam alocar os escassos recursos para empresas lucrativas, fechando assim milhares de instituições infantis.³⁹

Para substituir o papel do Estado no cuidado infantil, foi sendo retomada uma instituição antiga e até então frontalmente combatida por boa parte das mulheres russas – a família: “De acordo com as novas regras, oficiais enviaram uma grande quantidade de crianças para familiares, tutores particulares, *artels* (cooperativas) de produção, oficinas e famílias camponesas.”⁴⁰

Sob o estalinismo, os retrocessos se acentuaram e se perpetraram. Segundo Goldman, a Revolução de Outubro iniciou um “compromisso feroz e libertário com a liberdade individual e a 'extinção' da família”, mas até o ano de 1936 tomou forma “uma política

37 KRÚPSKAIA, Nadiéjda, *Pravda*, São Petersburgo, 23 de setembro de 1927. In: SCHNEIDER, Op. cit., p. 110.

38 SILVA, Op. cit., p. 64-65.

39 GOLDMAN, Op. cit., p. 112.

40 *Ibidem*.

baseada no fortalecimento repressivo da unidade familiar.”⁴¹ O *Zhenotdel*, por exemplo, havia sido extinto em 1930. Essa seria uma crítica absolutamente pertinente a Stálin e ao período que ele comandou a URSS, porém, para fazer essa crítica seria preciso reconhecer os diversos avanços impulsionados pela luta das mulheres durante o processo revolucionário, o que não é do interesse de quem pretende enquadrar a repressão como a memória definidora do sentido da Revolução Russa.

Inclusive, ficaria muito difícil reconhecer esses avanços e não fazer relações com o Ocidente, como as próprias russas faziam. Em 1927, Kollontai já escrevia sobre esse fenômeno. Segundo ela, “Outubro ajudou a estabelecer uma nova concepção de mulher”. Segue a autora:

A grande mudança na posição feminina na União Soviética gerou um impulso na consolidação das mulheres na luta entre os grupos sociais. A mulher também foi necessária nessa luta. Em todos os lugares, em todos os países, a atividade política delas tem aumentado ao longo dos últimos dez anos em dimensões sem precedentes.[...]

Seria isso possível sem o Grande Outubro? Poderia ter surgido uma nova mulher-cidadã e trabalhadora socialmente útil caso o grande turbilhão não tivesse passado pelo planeta? Se não fosse Outubro, teria sido possível às mulheres trabalhadoras de outros países darem passos tão largos rumo à própria emancipação?⁴²

Creio que seja possível fazer essa relação em diversos aspectos da vida social. Muito do que parecia impossível antes da Revolução de Outubro passou a compor o horizonte de expectativas de mulheres, classe trabalhadora e movimentos sociais em geral ao redor do mundo. É aí que reside a força da revolução e do comunismo, como nos lembra o historiador Josep Fontana:

É que o medo que gerava este comunismo global, não por sua força militar, mas pela sua capacidade de inspirar a todo o mundo as lutas contra os abusos do capitalismo, combinado com a evidência de que a repressão não era suficiente para detê-lo, forçaram os governos do ocidente a colocar em marcha projetos reformistas que prometiam alcançar os objetivos de melhoria social sem recorrer à violência revolucionária. É a este medo que devemos as três décadas felizes depois da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento do estado de bem-estar e tendo-se atingido níveis de igualdade na repartição dos benefícios da produção entre empresários e trabalhadores como nunca se havia alcançado antes.⁴³

Desqualificar o passado soviético contribui decisivamente para afirmar que não há

41 GOLDMAN, Op. cit., p. 389.

42 KOLLONTAI, Alexandra. *Chama*, n. 41, 9 de outubro de 1927. In: SCHNEIDER, Op. cit., p. 216.

43 FONTANA, Josep. A Revolução Russa e nós. In: *História e Luta de Classes*, ano 13, n. 23, março de 2017, p. 90.

alternativa ao capitalismo. Silenciar sobre os impactos que a revolução causou em outros países e as lutas que nela se inspiraram é fundamental para sedimentar uma concepção que demoniza qualquer possibilidade de mudança radical da formação econômico-social.

A isso talvez seja interessante somar a ideia de Isaac Deutscher na qual ele compara o mundo a um sistema de vasos comunicantes. Para ele, o nível de conquistas e liberdades tendem a igualar-se no Oriente e no Ocidente.⁴⁴ Essa noção serve para questionar uma afirmação comumente utilizada pelo revisionismo, a de que os expurgos de Stálin teriam ocorrido em tempos de paz: “a liberdade foi suprimida e sufocada na União Soviética mormente durante o advento do nazismo. Foi essa a época dos grandes expurgos.”⁴⁵ Porém, como tentou-se demonstrar ao longo do texto, certa historiografia está mais preocupada em comparar os dois regimes (e não raras vezes qualificar a URSS como pior) do que pensar as dinâmicas internas em relação com outros países e tensões que eram cada vez maiores. Crise de 1929, ascensão do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália, Guerra Civil Espanhola e muitas outras situações demonstram que caracterizar os anos 1930 como “tempos de paz”⁴⁶ é uma tentativa de mascaramento da realidade a fim de caracterizar os expurgos como ainda mais cruéis do que foram – e foram. E vale lembrar que a URSS apoiou muitos dos levantes e movimentos populares nessa época (talvez o caso mais célebre sejam as brigadas vermelhas na Espanha). Tempos de paz para quem?

Esses são alguns outros exemplos de silenciamento em relação à memória da URSS. Nos focamos da questão da luta e dos direitos das mulheres, mas também seria possível concentrar-se na ajuda que a URSS prestou a diversos países ao longo de sua história, ou às conquistas de direitos sociais ao redor do mundo que foram impulsionados pelo êxito da Revolução de Outubro. Tudo isso adquire, cada vez mais, contornos de uma memória marginal, relegada a pequenos grupos de militantes e/ou especialistas. A imagem oficial que se faz da Revolução e da URSS não pode conter as noções de “inspiração” ou “direitos”, uma vez que isso poderia colocar a revolução novamente na ordem do dia.

44 DEUTSCHER, Isaac. Mitos da Guerra Fria. Mitos da Guerra Fria. In HOROWITZ, David (org.). *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 28.

45 Ibidem.

46 Bruno Groppo diz literalmente isso: “casi todas las familias se vieron afectadas por la violencia estatal. El nazismo, con el que a menudo se ha comparado el estalinismo, también ha provocado millones de víctimas, pero sobre todo en poblaciones no alemanas, mientras que el estalinismo tuvo sus víctimas principalmente en la población rusa y soviética (y en tiempos de paz).” Los problemas no resueltos de la memoria rusa, p. 95.

Considerações Finais

Buscou-se, através de alguns exemplos de operações historiográficas contemporâneas, como o anticomunismo e o revisionismo vêm atuando para enquadrar uma memória soviética que descontextualize a violência revolucionária, omitindo uma série de processos e fazendo verdadeiros malabarismos teóricos a fim de caracterizar o regime soviético como pior do que o nazismo. Distorcendo uma série de processos e reduzindo toda a experiência ao estalinismo, buscam deslegitimar a maior revolução popular da história da humanidade. Aliás, sequer reconhecem o fenômeno como tal, dando a entender que alguns poucos militantes burocratas em potencial conseguiram derrubar uma dinastia de 300 anos sem qualquer ajuda do povo russo, incapaz de tomar seu destino em suas próprias mãos.

Para que isso se torne hegemônico e adquira o status de memória coletiva, é preciso que uma série de outras memórias sejam silenciadas. A escolha que fiz foi o silenciamento da luta das mulheres, em virtude da pujança do movimento feminista na atualidade e na retomada de uma série de autoras russas do início do século XX, até então marginalizadas.⁴⁷ Não é do interesse do pensamento revisionista relembrar a variedade de direitos sociais conquistados pela luta das mulheres nos primeiros anos da Revolução de Outubro e muito menos sua influência no mundo ocidental – nem que seja para criticar os retrocessos impostos por Stálin ao longo dos anos 1930.

Seria possível mencionar também a ajuda estratégica e militar que a URSS prestou a diversos levantes nos mais variados países até 1945, assim como ajuda econômica que dispendeu depois disso. Seria possível a manutenção da Revolução Cubana sem o suporte soviético nos anos 1960, por exemplo? Isso sem falar o início da Revolução Chinesa e as guerras de libertação nacional da África. A URSS se apresentava como uma alternativa e uma possibilidade de impor freios bastante concretos ao capitalismo. A partir de anos 1960, porém, esse horizonte foi ruindo, conforme lembra Josep Fontana:

O problema foi quando o "socialismo realmente existente" mostrou seus limites como projeto revolucionário, a partir de 1968, quando em Paris renunciou a misturar-se aos combates de rua, e quando em Praga esmagou as possibilidades de desenvolver um socialismo com rosto humano, os comunistas perderam essa grande força que Karl Krauss valorizava acima de tudo quando dizia "que Deus nos

47 Além das citadas Danielle Jardim da Silva e Wendy Goldman, ver também NUNES, Débora Machado. *O pensamento econômico feminista: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista*. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS: Porto Alegre, 2016.

consERVE para sempre o comunismo, porque essa ralé - a dos capitalistas - não volte ainda mais desavergonhada (...) e para que, ao menos, quando se deitem tenham pesadelos."

Desde meados dos anos setenta do século passado esta "ralé" dorme tranquila suas noites sem temer que seus privilégios estejam ameaçados pela revolução. E foi justamente isso que os animou a recuperar gradualmente, não apenas as concessões que haviam feito nos anos de Guerra Fria, mas inclusive boa parte das que haviam sido ganhas antes, em um século e meio de lutas operárias. O resultado foi este mundo em que vivemos hoje, em que a desigualdade cresce de maneira imparável, com o estancamento econômico como dano colateral.

Neste momento em que se aproxima o centenário da revolução de 1917, voltaremos a ouvir repetidas desqualificações sobre aqueles fatos.⁴⁸

Passados quase trinta anos do fim da URSS, a barbárie neoliberal se desenvolve sem qualquer constrangimento. E no plano historiográfico, conta com o apoio – velado ou declarado – de autores e autoras dispostos a realizar as mais questionáveis operações a fim de desqualificar o momento em que as classes oprimidas se organizaram e conseguiram derrubar o czarismo no plano doméstico, e se apresentar como alternativa ao capitalismo no plano internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER Nanci. Reconciliation with – or rehabilitation of – the Soviet past? *Memory Studies*, 2012.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História), UFF: Rio de Janeiro, 2005.

DEMIER, Felipe A. Cem anos depois: quem são, hoje, os adversários de 1917? *Nós – Revista da nova organização socialista*. Ano 1 nº zero, 2017.

DEUTSCHER, Isaac. Mito da Guerra Fria. Mito da Guerra Fria. In HOROWITZ, David (org.). *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GROPPO, Bruno. Los problemas no resueltos de la memoria rusa. *Nueva Sociedad* Nº 253, septiembre-octubre de 2014.

48 FONTANA, Op. cit., p. 90-91.

_____. Tribulaciones y dilemas de la memória rusa. *Los Lugares de la Memória*, 2014.

KHAPAEVA, Dina. History without memory. Gothic morality in post–Soviet society. *Eurozine*, 2009, p. 1 – 9.

KHAZANOV Anatoly M. “Whom to Mourn and Whom to Forget? (Re)constructing Collective Memory in Contemporary Russia”, *Totalitarian Movements and Political Religions*, Vol. 9, No. 2–3, June–September 2008, p. 293-310.

LIMA, A. S. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e viéses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. Tese (Doutorado em História), USP: São Paulo, 2015.

LOSURDO, Domenico. *Stálin – história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

_____. *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

MELO, Demian (Org.). *A miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NOVIKOVA Olga. La política de la memoria: moldear el pasado para construir la sociedad democrática (la URSS y el espacio postsoviético). *Historia del presente*, Madrid, n. 9, 2007, p. 71-100.

NUNES, Débora Machado. *O pensamento econômico feminista: revisão teórica e crítica a partir de uma perspectiva marxista*. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS: Porto Alegre, 2016.

SCHNEIDER, Graziela (Org.). *A Revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, Danielle Jardim da. Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo. *História & Luta de Classes*, ano 13, nº 23, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.